

Novas formas de ação política do empresariado gaúcho nas últimas décadas

Denise Gros*

INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos 80, o Rio Grande do Sul destaca-se nos meios empresariais brasileiros por sediar o Fórum da Liberdade, evento organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais (IEE) com o apoio do Instituto Liberdade e a presença de palestrantes nacionais e internacionais vinculados a organizações participantes da rede internacional de institutos político-ideológicos que pregam a adoção de políticas públicas neoliberais (Gros, 2003). Outros eventos têm ganho crescente destaque no meio empresarial gaúcho, como a Semana do Empreendedorismo, promovida pela Junior Achievement do Rio Grande do Sul, e o Congresso Internacional da Qualidade, realizado pelo Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP).

Esses eventos são promovidos por instituições criadas, nas últimas décadas, por empresários e, ainda que não possam ser consideradas entidades empresariais, mantidas por empresas e, muitas vezes, dirigidas por empresários. Nossa hipótese de trabalho atribui a essas organizações uma natureza especial, na medida em que representam uma nova forma de ação política dos empresários, que envolve a utilização de instituições de natureza diferenciada; seja para a produção e a divulgação de idéias e projetos de políticas públicas inspirados numa concepção de mundo baseada nos preceitos do liberalismo, seja para a educação dos jovens nesses preceitos, que podem ser resumidos na fórmula do “empreendedorismo”; seja na promoção de programas de implantação da

* Socióloga, Técnica da FEE.

A autora agradece os comentários feitos por Maria Isabel Jornada e Áurea Breitbach à versão preliminar deste artigo. Naturalmente, a versão final é de inteira responsabilidade da autora.

racionalidade privada no setor público.

Essa nova forma de ação política não é exclusiva de certas frações do empresariado gaúcho ou do brasileiro, pois também é encontrada entre lideranças empresariais de vários países latinos, como Chile, Argentina, Peru, Guatemala e México, e faz parte de um movimento internacional baseado no crescimento do neoliberalismo como filosofia política adotada pelas elites empresariais. A face mais conhecida do neoliberalismo é aquela que se expressa nos planos econômicos adotados pela maioria dos países capitalistas desenvolvidos desde a crise do final dos anos 70. Quase todos esses planos envolveram desregulamentação econômica e desmonte do Estado de Bem-Estar Social, sobretudo a diminuição do gasto público na área social. Na América Latina, vários países, como o Brasil, promoveram, desde os anos 80, reformas econômicas que também envolveram privatização de empresas estatais, desregulamentação econômica, abertura ao capital estrangeiro e flexibilização da legislação trabalhista.

A face menos conhecida do fenômeno neoliberal talvez seja a de um movimento político-ideológico de alcance mundial (Anderson, 1995). Ainda que só nos anos 80 tenha-se transformado numa doutrina amplamente divulgada e norteadora do projeto econômico de vários países, o pensamento neoliberal desenvolveu-se como um movimento ideológico internacional desde os anos 30, liderado, dentre outros, por Friederich Hayek, da Escola Austríaca de Economia, e pela Sociedade Mont Pelerin, organização internacional criada em 1947 para reunir intelectuais e políticos liberais do mundo todo¹. A doutrina tem como sua obra emblemática o livro **O Caminho da Servidão**, escrito por Hayek em 1944, como uma crítica ao socialismo e a todas as formas de

¹A Sociedade Mont Pelerin foi fundada, em 1947, como uma organização internacional que reúne intelectuais e políticos em defesa dos pressupostos do liberalismo (Cockett, 1995). Iniciada por um grupo de menos de 50 membros europeus e norte-americanos, a sociedade hoje congrega cerca de 500 associados em todos os continentes, disseminando idéias liberais para audiências internacionais, contribuindo para influenciar políticas governamentais através da ação de seus membros como conselheiros ou legisladores e estimulando a criação de instituições liberais por todo o mundo (Gros, 2008).

planejamento econômico, que Hayek associava ao totalitarismo por definir políticas de regulamentação econômica que, segundo ele, cerceavam a liberdade do indivíduo. A concepção de liberalismo de Hayek propunha como conceitos centrais a desigualdade natural entre os homens, o que justifica a rejeição a todas as tentativas de políticas que visem à igualdade social; a sociedade como mercado que não pode ser ordenado ou planejado; e a política como Estado mínimo (Gros, 2003).

Esse movimento ideológico ampliou-se através da formação de redes compostas por inúmeros *think tanks* liberais, acadêmicos, políticos e publicações, em especial, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, nos anos 60 e 70 e espalhando-se pelo mundo nos anos 80. Os *think tanks* são institutos privados de pesquisa, presentes no processo de formulação de políticas públicas nos Estados Unidos e na Inglaterra desde os anos 40 (Domhoff, 1979; Cockett, 1995; Denham, 1996). Financiados por doações generosas de grandes empresas, os *think tanks* de orientação liberal produzem conhecimento sobre temas sujeitos à regulamentação pública e formulam projetos de políticas públicas orientados pela doutrina do neoliberalismo, que são divulgados através de publicações e de debates nos meios universitários, na mídia e, sobretudo, nos órgãos de assessoria técnica dos partidos políticos.² A existência dessas redes de *think tanks* liberais foi fundamental para a consolidação do liberalismo como alternativa política, para a vitória de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, no final dos anos 70, e para a internacionalização do movimento nas décadas seguintes.

De fato, em vários países da América Latina, já se encontravam institutos dessa natureza. No Chile, na Argentina e no Peru, desde os anos 80. No Brasil, os elos dessa rede são representados pelos Institutos

²Vários autores têm demonstrado como os conservadores norte-americanos conduziram uma guerra de posição muito bem-sucedida nos últimos 30 anos contra o Welfare State e todas as conquistas sociais, dos trabalhadores, das minorias, etc., através da ação de uma rede de *think tanks* ideológicos (Davis, 1981; Vogel, 1983; Weaver, 1989; Nash, 1996). O mesmo ocorreu na Inglaterra com a ação do Institute of Economic Affairs e do Adam Smith Institute, *think tanks* da Nova Direita que contribuíram para a vitória de Thatcher e o desmonte do Estado de Bem-Estar Social naquele país (Denham, 1996).

Liberais (ILs) e o Instituto de Estudos Empresariais, duas organizações políticas criadas por empresários na conjuntura de grande polarização política da sociedade brasileira nos anos 80 (Gros, 2003).

Assim, o universo de organizações empresariais brasileiras, composto por entidades de natureza e objetivos muito diferenciados, diversificou-se significativamente nas duas últimas décadas. Nesse período, aberto com as reformas econômicas liberalizantes e a consolidação do regime democrático, o Legislativo afirmou-se como a arena privilegiada de negociação e ação dos grupos de interesses. No campo econômico, as políticas implementadas a partir dos anos 80, e especialmente na década de 90, aproximaram a economia brasileira ao modelo neoliberal — desregulamentação do mercado, abertura comercial, privatização de empresas estatais e reformulações dos aparatos administrativo, previdenciário e fiscal.

No campo político, os anos 80 também se caracterizaram pelo processo de transição e pelos consequentes esforços de consolidação da ordem democrática. A ação conjunta desses fatores engendrou transformações significativas na vida política nacional. Ao longo da década de 80, a sociedade brasileira passou por uma grande politização, que se materializou na organização e na mobilização das diferentes forças sociais do País através da Campanha das Diretas, em 1984; da eleição indireta de Tancredo Neves; da instauração da Nova República, em 1985; da luta política que se desenvolveu em torno da eleição para a Assembléia Nacional Constituinte e da negociação das novas regras do jogo econômico e político no País (1986-88); e da campanha para a Presidência da República, em 1989.

O estudo da ação política do empresariado permite entender as diferentes formas através das quais as lideranças empresariais dos setores industriais, comerciais, agrícolas e financeiros se organizam para defender seus interesses econômicos, políticos e ideológicos frente ao governo, aos trabalhadores e demais forças organizadas da sociedade. Essas formas variam historicamente, conforme o regime político em que A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

atuam.

Nesse contexto, as modificações ocorridas no universo de representação de interesses empresariais no Brasil podem ser analisadas segundo dois eixos. O primeiro compreenderia a análise da relação entre os empresários e o Estado, que se realiza através do sistema de representação de interesses vigente no País, composto por uma estrutura dual. Tal estrutura engloba, de um lado, entidades corporativas, subordinadas à legislação trabalhista e ao controle do Ministério do Trabalho. Essas entidades, como os sindicatos e as federações patronais e de trabalhadores, são de filiação compulsória e têm base geográfica definida — sindicatos e federações estaduais, que se reúnem nas entidades de cúpula, em confederações nacionais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), por exemplo. De outro lado, estão as entidades extracorporativas, não submetidas à legislação trabalhista, de livre adesão, associações civis que representam, com mais eficiência, os interesses de empresas de setores econômicos ou segmentos industriais específicos, geralmente em nível nacional, como a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a Associação Brasileira da Indústria de Base (ABDIB), etc.

O segundo eixo de análise compreenderia a relação entre os empresários e a sociedade, desenvolvida por meio de entidades não propriamente empresariais, mas criadas por empresários, mantidas por contribuições de empresas e voltadas para a ação política do empresariado dirigida para a sociedade e não mais para o Estado, na busca de ampliação e legitimação dos valores da livre-iniciativa na sociedade brasileira. Essas entidades são mais visíveis no cenário nacional desde a redemocratização política nos anos 80.

Este texto propõe-se a apresentar e tecer algumas considerações sobre quatro entidades surgidas no meio empresarial gaúcho, nos últimos 25 anos, que são ilustrativas dessa nova forma de ação política. O Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul (IL-RS) e o Instituto de Estudos A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

Empresariais são associações de cunho marcadamente político, de divulgação do ideário liberal, e participantes da rede liberal latino-americana. A Junior Achievement do Rio Grande do Sul representa a transposição desse ideário à educação e à preparação de crianças e jovens para o empreendedorismo, e o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade é uma organização que visa ao aperfeiçoamento das estratégias e práticas administrativas no setor privado e à sua aplicação no setor público.

Para a elaboração do trabalho, foram consultadas fontes documentais, publicações e *sites* institucionais dessas entidades. O texto cobre o período 1985-2009, que abarca várias conjunturas políticas, desde as lutas pela redemocratização nos anos 80 até os eventos marcantes dos anos 90: o *impeachment* de Collor, em 1992; a mobilização pela Revisão Constitucional em 1993; as campanhas eleitorais e os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-98 e 1999-2002); a vitória do candidato do PT para a Presidência da República em 2002 e os dois períodos de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-06 e 2007 a 2009).

O texto divide-se em duas partes, além desta **Introdução** e de breves **Considerações finais**. A primeira parte apresenta uma retrospectiva das principais mudanças nas formas de ação política do empresariado brasileiro, nas últimas décadas, e a segunda analisa as novas entidades surgidas no panorama empresarial gaúcho. Dado que são instituições que têm como objetivo difundir concepções filosóficas e políticas e debater um determinado projeto de desenvolvimento para a sociedade brasileira, e não questões econômicas imediatas e localizadas, a análise tem como referência os panoramas nacional e internacional e não a economia e a política locais.

1 MUDANÇAS NAS FORMAS DE AÇÃO POLÍTICA DO EMPRESARIADO BRASILEIRO A PARTIR DOS ANOS 80

Para entender as transformações que ocorreram no tipo de instituições e as formas de ação política utilizadas pelos empresários brasileiros nas últimas décadas, é necessário fazer um recuo no tempo. Como se sabe, o sistema político-institucional de relacionamento entre as classes vigente no Brasil desde os anos 30 é baseado no corporativismo, um sistema de representação de interesses compatível com diferentes tipos de regimes; um arranjo institucional para articular interesses que são organizados em associações envolvendo a sociedade civil e as estruturas decisórias do Estado (Schmitter, 1974).

Nesse modelo, o Estado controla os conflitos sociais através da subordinação das estruturas de representação de interesses de trabalhadores e empresários, perdendo os partidos a sua função de canalizadores das demandas da sociedade para a esfera política. No Brasil, a fragilidade do sistema de partidos permitiu a emergência de um estilo tecnocrático de governo e a permanência das práticas de inserção direta de interesses no Estado, própria da etapa corporativista que se iniciou com o Vargasismo (Diniz, 1978).

Além disso, devido às características do Estado autoritário do pós 64 e à inexistência de uma organização única de cúpula do empresariado que permitisse a negociação de questões políticas e econômicas gerais, aprofundou-se também uma forma setORIZADA de relação do empresariado com os organismos estatais. O Estado autoritário era forte e centralizador quanto à definição da política econômica, mas descentralizador quanto à aplicação dessa mesma política, pulverizada entre os diferentes ministérios, agências de financiamento e conselhos econômicos.

Nesse contexto, a relação estabelecida entre o Estado e o empresariado desenvolvia-se através de múltiplos canais de acesso às diferentes instâncias de regulação econômica. Por um lado, os empresários mantiveram suas organizações corporativas (sindicatos, federações e confederações nacionais), criadas nos anos 30 e reguladas
A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

pelo Ministério do Trabalho. Por outro lado, especialmente a partir da segunda metade dos anos 70, com a diversificação da estrutura econômica brasileira, os empresários criaram organizações extracorporativas de âmbito nacional, associações civis independentes da regulação do Estado, com o objetivo de representar e negociar os interesses de cada setor diretamente com as agências regulatórias da política econômica setorial (Diniz; Boschi, 1979). A ABDIB e a Anfavea são apenas dois exemplos dentre muitas outras associações criadas para representar os interesses dos diferentes segmentos do setor industrial.

Nos anos 80, novas associações surgiram também no setor bancário-financeiro, como a Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos (ABBC) e a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) (Minella, 1993; 2003). O mesmo ocorreu no setor agrário, com a criação da Sociedade Rural Brasileira (SRB), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da mais recente Associação Brasileira de Agribusiness.

A estrutura de representação de interesses ficou ainda mais complexa a partir dos anos 80, com a crise econômica e a redemocratização política, conforme mencionado acima. A negociação política e econômica, que se fazia estritamente dentro do aparelho de Estado durante o regime autoritário, transbordou para toda a sociedade com a redemocratização, ampliando a arena de negociação. O Congresso, os partidos, os sindicatos de trabalhadores, os meios de comunicação de massa e as instituições da sociedade civil passaram a participar ativamente da vida política nacional. Essa nova configuração política do País apresentou situações para as quais os mecanismos de representação corporativa ou setorial utilizados pelo empresariado brasileiro durante a ditadura não se mostravam mais adequados.

Por um lado, as tradicionais organizações da estrutura corporativa, como as federações empresariais, ou mesmo as mais recentes, como as associações setoriais, mantinham um estilo de atuação semelhante à

prática sindical, não sendo mais adequadas para o estilo de luta política que se renunciava na Assembleia Nacional Constituinte. Por outro lado, os partidos conservadores tradicionais também não se adequavam às necessidades dos empresários na luta que viria a ser travada no Congresso (Dreifuss, 1989). Essas questões reforçaram a importância das organizações políticas e ideológicas e obrigaram o empresariado a criar novas formas de participação política ou a renovar as já existentes. Dentre elas, deve-se citar o aumento da participação direta de alguns líderes empresariais em cargos públicos administrativos e executivos e na própria Constituinte; a revitalização das entidades corporativas através da renovação de suas direções e da modernização de sua estrutura.

De fato, os avanços das pesquisas sobre as organizações empresariais no Brasil têm demonstrado como as entidades corporativas, principalmente da indústria e do setor financeiro (Minella, 1993; 2003) vêm-se modernizando para fazer frente aos desafios impostos à representação de interesses na conjuntura de abertura política dos anos 80. Os estudos citados constatam, nas últimas décadas, um processo de renovação nas organizações de representação corporativa, antes consideradas burocráticas e pouco eficientes, que se profissionalizaram e modernizaram, passando a prestar serviços diferenciados, que incluem a orientação jurídica e a atuação em forma de *lobby* junto ao Congresso Nacional. Em 1990, a entidade de cúpula que reúne as federações de indústrias de todo o País, a CNI, criou a Coordenação de Assuntos Legislativos, para acompanhar os debates sobre legislação econômica e defender interesses comuns a todos os segmentos industriais, em especial no que se refere às legislações trabalhista, tributária e ambiental. Além disso, a CNI ampliou em número e qualidade as assessorias técnicas dentro da entidade, transformando-as em conselhos permanentes. A mudança mais importante realizada nesses conselhos foi a inclusão de representantes das associações setoriais da indústria, melhor preparados tecnicamente para discutir os problemas da política econômica setorial (Diniz; Boschi, 2004; Mancuso, 2007). Essas medidas, que representaram

A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

grande inovação na forma de organização e atuação da CNI, foram reproduzidas nas federações de indústrias estaduais, que também ampliaram o número e a especialização de seus conselhos técnicos, incluindo a articulação parlamentar.

Mas, sobretudo, os empresários perceberam a necessidade de criar instituições capazes de mobilização política para o embate na Constituinte. Dentre essas novas organizações políticas de empresários surgidas nos anos 80, algumas alcançaram grande visibilidade no período da Constituinte, como a União Democrática Ruralista (UDR) e a União Brasileira de Empresários (UBE). A UDR defendia de forma agressiva os interesses dos grandes proprietários de terra contra as tentativas de reforma agrária, e a UBE foi criada para coordenar a atuação das organizações empresariais na Constituinte. Entretanto, entre essas duas entidades, ao menos a UBE parece ter mesmo servido apenas como "unidade tática de luta" (Dreifuss, 1989), pois praticamente desapareceu do cenário político após a Constituinte. Já a UDR se manteve em atividade na década de 90, com maior ou menor intensidade, para fazer forte oposição ao Movimento dos Sem-Terra. Em contrapartida, outras organizações de empresários que surgiram no final da década de 80, como os Institutos Liberais, parecem apresentar objetivos de mais longo prazo e formas de ação peculiares.

Os Institutos Liberais surgiram nessa conjuntura, com um projeto ambicioso e de longo prazo, totalmente baseado no pensamento de Hayek: transformar os valores dominantes da sociedade, educando as elites nos princípios do livre-mercado. Criados por um grupo de empresários, em 1983, no Rio de Janeiro e transformados em rede nacional a partir de 1986, com sedes em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, os Institutos Liberais dedicaram-se, ao longo das décadas de 80 e 90, à atividade política de dupla natureza: divulgação dos princípios liberais entre as elites brasileiras e formulação de projetos de políticas públicas de cunho liberal, para subsidiar o trabalho dos parlamentares. As atividades promovidas

A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

pela rede de Institutos Liberais incluíram a edição e a divulgação de livros de autores liberais nacionais e estrangeiros, a promoção de conferências e cursos para públicos selecionados, em especial universitários e juristas, a concessão de prêmios para jornalistas e estudantes que se dedicassem à divulgação ou ao estudo do liberalismo, a elaboração de projetos de lei sobre variados temas econômicos e sociais, oferecidos aos parlamentares como subsídios técnicos às discussões em pauta no Congresso Nacional (Gros, 2003) .

2 TENDÊNCIAS DA AÇÃO POLÍTICA EMPRESARIAL GAÚCHA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Desde a segunda metade dos anos 80, o Rio Grande do Sul destaca-se nos meios empresariais conservadores por sediar o Fórum da Liberdade, evento organizado pelo Instituto de Estudos Empresariais e apoiado pelo Instituto Liberal, já que fazem parte da mesma rede internacional de institutos ideológicos que pregam a adoção de políticas públicas neoliberais (Gros, 2003). Nos anos 90, os destaques da ação política empresarial gaúcha foram o empenho na área educacional, através da Junior Achievement, criada, em 1994, no RS, para despertar o interesse pelo empreendedorismo entre crianças e adolescentes das escolas públicas e privadas, e a busca de padrões de excelência, tanto no setor privado quanto no público, promovida pelo Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade, criado em 1992, e seus desdobramentos na última década, com o foco de sua atuação colocado sobre a qualificação das organizações públicas.

2.1 A formação dos jovens empresários gaúchos no liberalismo: o Instituto Liberdade e o Instituto de Estudos Empresariais

A ação dos Institutos Liberais tem sido a de reproduzir e divulgar o pensamento e os valores liberais de defesa do livre-mercado e de utilizá-los como fundamento teórico para a elaboração de propostas de políticas A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

públicas. Dessa forma, diferentemente de outras organizações corporativas ou setoriais mantidas por empresários, cuja atuação visa prioritariamente à defesa de interesses frente ao Estado, a ação dos Institutos Liberais, desde sua criação nos anos 80, dirige-se aos segmentos dominantes da sociedade, para a divulgação do liberalismo, e aos integrantes do Executivo e sobretudo do Legislativo, para promover as suas propostas de políticas públicas.

Ao longo de duas décadas, os Institutos Liberais foram sustentados por alguns dos maiores grupos econômicos nacionais e estrangeiros em operação no País (Shell do Brasil, Xerox do Brasil, Hoescht do Brasil, Dow Química, Gessy Lever, Nestlé, Carrefour, Mesbla, Grupo Fenícia, Indústrias Villares, Banco Itaú, Bradesco, Banco de Crédito Nacional, Banco Noroeste, Unibanco, Citibank e Banco de Boston), bem como por convênios, financiamentos e parcerias com institutos privados de pesquisa, fundações de grandes corporações e organizações neoliberais estrangeiras que fazem parte da rede internacional neoliberal, como o Liberty Fund, a Atlas Economic Research Foundation e o Center for International Private Enterprise.³

A principal atividade editorial dos Institutos Liberais nos anos 80 foi a divulgação do ideário neoliberal através da tradução e da publicação de livros de alguns pensadores da Escola Austríaca de Economia, considerados fundamentais para a compreensão da doutrina: Bohm-Bawerk, Friederich Hayek e Ludwig Von Mises. Nos anos seguintes, foram publicados também autores importantes na consolidação do movimento neoliberal e conservador norte-americano: Eamonn Butler, Frank Knighth,

³O Liberty Fund foi criado em 1960 pelo empresário Pierre F. Goodrich, interessado em divulgar o liberalismo nos EUA. Essa divulgação é feita através do financiamento e da promoção de cursos e seminários em vários países, da edição de livros, da contratação de acadêmicos para dar cursos e da concessão de bolsas de estudos para pós-graduados. A Atlas Economic Research Foundation, fundada, nos EUA, em 1981, ajuda a criar e a manter *think tanks* de políticas públicas em todo o mundo, fornecendo consultoria, apoio financeiro e acesso a uma rede internacional de líderes e intelectuais que compartilham o ideal liberal. O Center for International Private Enterprise (CIPE) dedica-se à promoção internacional dos princípios da democracia e do livre mercado e financia também a realização de *policy papers* em instituições liberais de vários países da América Latina (IL Notícias, n. 1, 1991).

Henry Hazlitt e Ayn Rand, bem como autores neoliberais mais modernos, vinculados à Escola de Chicago e de Virgínia, como Israel Kirzner, James Buchanam, Murray N. Rothbard, dentre outros. Autores liberais latino-americanos vinculados a entidades liberais como a Universidad Francisco Marroquin da Guatemala, o Instituto Libertad y Democracia do Peru, dentre outros, foram publicados na série **Idéias Liberais**, composta de folhetos enviados gratuitamente, em forma de mala-direta, para associados, universidades, estudantes, políticos, entidades empresariais, etc.

Dentre as atividades de divulgação do neoliberalismo promovidas pelos Institutos Liberais para públicos específicos, além dos cursos sobre a doutrina liberal, preparados especialmente para empresas e ministrados por professores universitários das áreas de filosofia, política e economia (IL Notícias, n. 8, 1992), destacam-se os Colóquios patrocinados pelo Liberty Fund, instituição que desempenha um importante papel na rede internacional neoliberal, como financiadora de pesquisa em *think tanks*, em todo o mundo. Esses Colóquios, realizados pelo Instituto Liberal do Rio Grande do Sul desde os anos 80, são dirigidos ao meio jurídico, área de atuação privilegiada pelos Institutos Liberais desde o debate na Constituinte, no final dos anos 80, e mostram a importância que atribuem à divulgação da teoria liberal entre aqueles que se dedicam à aplicação das leis (IL Notícias, vários números, 1992-97).

Na discussão sobre projetos de políticas públicas de cunho neoliberal, os Institutos Liberais formularam, sobretudo na década de 90, cerca de 80 propostas, elaboradas por especialistas e financiadas por organizações liberais, como a Tinker Foundation, a Atlas Economic Research Foundation e o Center for International Private Enterprise dos EUA. Um resumo dessas propostas é divulgado através da publicação **Notas — avaliação de projetos de lei**, com distribuição gratuita para associações de classe, órgãos de imprensa, autoridades governamentais e parlamentares. Nesses *policy papers*, os Institutos Liberais analisam projetos de leis em discussão no Executivo ou no Judiciário e formulam A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

propostas de políticas baseadas nos preceitos liberais. Até junho de 2009, foram publicados 112 projetos, discutindo todo tipo de políticas públicas, desde a nova Constituição brasileira, a reforma da legislação trabalhista, até a privatização da **Previdência Social**.

Uma leitura atenta dos projetos de políticas públicas propostos pelos Institutos Liberais permite identificar sua orientação geral: a redução do gasto público, a eliminação do critério redistributivo e igualitário próprio do Welfare State e sua substituição pelo critério individualista da capitalização. Em relação às obrigações sociais do Estado, propõem a manutenção do financiamento estatal dessas obrigações, mas a transferência da execução e da prestação dos serviços sociais para o setor privado. Por isso, a importância das publicações que discutem a legislação trabalhista e as funções sociais do Estado — fornecimento dos serviços de saúde, educação e previdência social —, consideradas centrais para os Institutos Liberais por tratarem de dois de seus principais pressupostos, a diminuição da interferência do Estado sobre a regulação das atividades econômicas e a redução dos gastos sociais do governo.⁴

A divulgação das propostas dos Institutos Liberais teve seu auge de expansão entre segmentos das elites empresarial e política nos anos 90. No final da década, a abrangência geográfica da rede nacional de Institutos Liberais começou a diminuir. Entre 1996 e 1998, as sedes de Minas Gerais, Paraná, Bahia e Pernambuco deixaram de existir. Em 2003, foi a vez de São Paulo, que se fundiu com o Instituto Liberal do Rio de Janeiro. Atualmente, existem sedes de Institutos Liberais no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

Ainda que a rede nacional de Institutos Liberais tenha-se reduzido, a atuação dos Institutos Liberais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul mantém-se através da publicação e da divulgação de livros de autores neoliberais, da promoção de palestras, da formulação de projetos de

⁴Ver Instituto Liberal (1995; NOTAS n. 1 e n. 4, 1990; NOTAS, n. 8 e n. 11, 1991; NOTAS, n. 58, 1996; NOTAS, n. 66, 1997). Para uma descrição e análise das principais propostas de políticas públicas dos Institutos Liberais, ver Gros (2003).

políticas públicas e da realização dos Colóquios Liberty Fund para magistrados. Outra ilustração dessa continuidade é a revista **Banco de Idéias – think tank**, a “revista da livre iniciativa”, talvez a publicação dos Institutos Liberais mais importante nos últimos anos, distribuída entre os associados dos institutos, parlamentares, grandes empresas, imprensa e autoridades. Lançada em 1997 e patrocinada por empresas como Gerdau, Unibanco, Bradesco, Itaú, Nestlé e Citibank, dentre outros, a revista reproduz ensaios de intelectuais liberais reconhecidos internacionalmente e publicados por *think tanks* importantes, como a Heritage Foundation e o Cato Institute, dentre outros.⁵ Além disso, a revista traz vários encartes, como a série **Clássicos Liberais** e a série **Notas: avaliação de políticas públicas**, contendo seus projetos para áreas como educação, saúde, previdência e relações trabalhistas, dentre outras⁶.

Instituto Liberal do Rio Grande do Sul

O Instituto Liberdade é um *think tank* por excelência, pois firma-se no mercado local, nacional e internacional como produtor de idéias e construtor de influências. Seu objetivo é promover a pesquisa, a produção e a divulgação de bens educacionais e culturais que demonstrem as vantagens para todos os indivíduos de uma sociedade organizada, com base nos princípios dos direitos individuais, de governo limitado e representativo, de respeito à propriedade privada, aos contratos e à livre iniciativa. O Instituto Liberdade defende o Estado de Direito, a descentralização do governo, a economia de mercado e apóia os empreendedores intelectuais multidisciplinares na produção de análises e recomendações em políticas públicas, seguindo os preceitos da Escola Austríaca de Economia (IL-RS, 2009).

⁵Fundada em 1973, nos EUA, a Heritage Foundation é um *think tank* dedicado à formulação de políticas baseadas nos princípios da livre-empresa, na liberdade individual, nos valores norte-americanos tradicionais e numa forte defesa nacional. Seu trabalho é divulgado através de publicações e conferências para congressistas, assessores parlamentares, formuladores de políticas do nível executivo do governo, profissionais de mídia e a comunidade acadêmica (Heritage Found., 2009). Fundado em 1977, nos EUA, o Cato Institute trabalha na promoção internacional dos princípios do liberalismo através da realização de pesquisas e da elaboração de projetos de políticas públicas baseados nos preceitos de governo limitado, livre-mercado e liberdade individual (Cato Inst., 2009).

⁶Atualmente, a revista **Think Tank** tem uma versão eletrônica. Suas edições, desde o seu primeiro número, estão disponíveis em: <<http://institutoliberal.locaweb.com.br/revista.asp>>.

O Instituto Liberal do Rio Grande do Sul — atual Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul — foi fundado, em 1986, por um grupo de jovens empresários, com o apoio dos membros do IEE e do empresário gaúcho Jorge Gerdau Johanpeter, Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais à época (IL, n. 19, 1989). Assim com os demais Institutos Liberais do País, o Conselho de Mantenedores do IL-RS era composto, na época de sua criação, por representantes de algumas das maiores empresas do Estado: Gerdau, Olivebra, Petropar, Supermercados Real, Encol e Iochpe. O Presidente do Conselho do IL-RS à época, Luis Carlos Mandelli, era também Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul.

Desde a sua origem, o IL-RS tem sua existência estreitamente vinculada ao IEE, já que os dois institutos defendem os mesmos valores, compartilharam a mesma sede durante algum tempo, promovem eventos em conjunto até hoje e, sobretudo, são constituídos, desde a sua origem, por um mesmo grupo de jovens empresários. A composição da primeira diretoria do IL-RS ilustra essa afirmação: dela faziam parte três presidentes, um vice-presidente e dois diretores do IEE. Essa prática mantém-se até hoje, pois muitos dos membros da diretoria do IEE já fizeram parte da diretoria do IL-RS.

A mudança de nome em 2004, de Instituto Liberal para Instituto Liberdade, foi explicada como uma estratégia de comunicação, já que a palavra liberal no País é também associada à esfera político-partidária, devido à existência do Partido Liberal. Essa mudança não implicou alteração na linha de ideológica ou de pensamento, nos programas ou nos projetos do instituto, destinados às áreas cultural e acadêmica. Também foi mantida a relação de identidade, afinidade e operação conjunta com o Instituto Liberal do Rio de Janeiro, que manteve o nome original⁷.

A atividade mais antiga do IL-RS é a divulgação de livros sobre o pensamento liberal nos meios universitários. Em 2004, o Instituto

⁷Ricardo Ranzolin, Presidente do Instituto Liberal, em discurso na posse da nova Diretoria do Instituto Liberdade (Revista Leader, 2004).

Liberdade do RS lançou o projeto Biblioteca Aberta, através do qual foram doadas mais de 100 obras consideradas referências do pensamento liberal sobre a história, a economia e a política contemporânea para cerca de 80 bibliotecas públicas, comunitárias e universitárias de Porto Alegre e de outras cidades do Estado. O projeto contou com apoio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (nº 8.313/91) e foi patrocinado pelos grupos Gerdau, Ipiranga, Randon, Tintas Renner, Unifertil e Caixa RS.

Além da distribuição de livros de teoria liberal, nessas duas décadas o IL-RS tem divulgado a teoria liberal e seus projetos de políticas públicas através de cursos e ciclos de palestras destinados a segmentos significativos da sociedade gaúcha, como jornalistas, magistrados, professores e estudantes universitários, considerados “agentes mobilizadores”, com capacidade potencial para aprofundar e difundir as idéias liberais.

Para o segmento de profissionais ligados ao campo jurídico, o IL-RS promove cursos para evidenciar a “relação existente entre o marco jurídico e o regulatório de uma sociedade, o grau de liberdade econômica e o reflexo na geração de renda e propriedade” (IL-RS, 2009). Desde 1995, os cursos de Economia do Direito para Magistrados ocorrem anualmente, promovidos pelo IL-RS e o Centro de Ciências Jurídicas da Unisinos, com professores da Escola Superior de Economia e Administração (Eseade) (Argentina) e da Universidade Francisco Marroquin (Guatemala), dois centros importantes de difusão do pensamento liberal na América Latina, membros da Rede Liberal da América Latina (Relial). Com financiamento da organização norte-americana, são promovidos os Colóquios Liberty Fund, cursos de imersão sobre liberalismo realizados no fim de semana para grupos pequenos e selecionados. Recentemente, o IL-RS tem estreitado relações com a Fundação Friedrich Naumann para América Latina, que, em 2008, organizou o curso Pensamento Liberal Contemporâneo em conjunto com a Relial. Além da rede latino-americana, o IL-RS participa também de

reuniões da Atlas Economic Research Foundation e da Sociedade Mont Pelerin.

Nos últimos anos, percebe-se que os dois *think tanks* liberais gaúchos estreitaram também relações com a PUCRS. Em março de 2008, o Instituto Liberdade mudou sua sede para o prédio da Tecnopuc. Além da presença física, algumas atividades também são conjuntas com a Universidade, como o Projeto Colóquio, e o IL-RS promove debates de livros de autores liberais em 10 encontros mensais com os alunos da Universidade, em atividade com validade extracurricular para os alunos. O projeto tem o apoio da Faculdade de Ciências Econômicas da PUC e é patrocinado pelo Instituto Ling e o Instituto Gerdau. Além disso, os Fóruns da Liberdade, organizados pelo IEE com o apoio do IL-RS, vêm sendo realizados na PUCRS desde 2004.

O Instituto de Estudos Empresariais

Ao adotar postura transparente e objetiva em favor das idéias de liberdade e democracia, o IEE renovou o discurso e a ação dos empresários. Sua proposta, firmada em seus estatutos sociais e ideário, é clara e transparente em seus objetivos e meios. Sua missão de formar lideranças empresariais que estejam comprometidas com um modelo de organização social e política para o Brasil baseado no ideal democrático de liberdades individuais e de respeito ao Estado de Direito permanece intacta após 23 anos (IEE, 2009).

O Instituto de Estudos Empresariais foi criado, em 1984, por um pequeno grupo de jovens empresários gaúchos (que viriam a criar o Instituto Liberal do RS em 1986), que se propunha a formar lideranças empresariais comprometidas com o

[...] ideal democrático de liberdades individuais subordinadas ao estado de direito [...] defendendo, de forma honesta e convicta, a liberdade de empreender e trabalhar, o lucro como prêmio pelos sacrifícios da poupança e do risco e a propriedade privada ou o direito de usufruir o fruto do trabalho (IEE, 2009).

Definido como uma associação civil sem vinculações partidárias, o IEE é mantido por contribuições de seus associados e pelo apoio financeiro de grandes empresas. Em 2009, constavam como investidores do IEE os grupos: Gerdau (siderurgia), Localiza (maior locadora de automóveis da A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

América Latina), Suzano (papel e celulose), Araújo (maior rede de drogarias de Minas Gerais), Ipiranga (distribuidora de combustíveis no Sul e no Sudeste do País), Mendes Júnior (construção pesada), Stemac (construção de geradores), Banco Itaú e TAM Linhas Aéreas (IEE, 2009).

Ainda que defenda o mesmo ideário do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul e tenha muitos membros em comum com o mesmo, o IEE tem uma forma de atuação e de filiação bastante diferente de seu congêneres. Com a missão de preparar jovens empresários para assumir postos de liderança em entidades influentes da sociedade, o IEE funciona como uma organização fechada, de acesso restrito, pois o aspirante à filiação deve ter seu nome indicado por um associado e ser aprovado pela Diretoria. Para ser aceito, deve ter entre 20 e 32 anos e “[...] estar envolvido com o risco inerente ao capital, isto é, estar à frente ou na linha de sucessão de empresa de qualquer ramo de atividade” (IEE, 2009).

Em seus primeiros anos de existência, o IEE contava com menos de 50 associados. Em 2009, após 25 anos, contabiliza 170 jovens empresários associados, oriundos de vários segmentos comerciais e industriais do Estado.⁸ Ao longo dessas décadas, o programa de formação e “desenvolvimento de competências” na liderança empresarial, exclusivo para os associados, tem sido intenso. É desenvolvido através de eventos semanais, programados para estimular o debate e a troca de experiências, nos quais participam, como convidados, dirigentes de grandes empresas, bancos, federações e associações empresariais; acadêmicos do País e do exterior; políticos; ministros de Estado; embaixadores; e jornalistas, dentre outros. Esses eventos são organizados na forma de jantares-debate com palestrantes convidados; seminários de discussão sobre livros recomendados pelo IEE; simulações de júris sobre temas atuais, para desenvolver a capacidade de debate dos participantes; visitas técnicas a grandes empresas; além de cursos e seminários para complementar a

⁸ Recentemente, foram criadas duas outras sedes do IEE: a de Belo Horizonte em 2005 e a de São Paulo em 2007 (IEE, 2009).

formação dos associados na teoria liberal e minicolóquios, em parceria com o Instituto Liberdade.

O programa de cursos e palestras promovido pelo IEE para seus associados tem trazido periodicamente a Porto Alegre empresários do centro do País, vários deles ligados aos Institutos Liberais de São Paulo e do Rio de Janeiro, e professores de Economia e de Direito, também vinculados às entidades liberais, candidatos à Prefeitura de Porto Alegre, ao Governo do Estado, Presidentes do Banco Central, etc. A lista de palestrantes estrangeiros também é extensa, pois a inserção do IEE na rede liberal latino-americana foi sendo construída já nos seus primeiros anos de atividades, em promoções conjuntas com o Instituto Liberal gaúcho. Já nos seus primeiros anos de atividade, o IEE estabeleceu contatos com liberais de vários países latino-americanos, através dos cursos ministrados no IEE pelos professores argentinos do Centro de Estudos da Liberdade, da Eseade e do Instituto de Economia Social de Mercado; do Instituto Libertad y Democracia do Peru; e da Universidade Francisco Marroquin da Guatemala, dentre outros. Esses contatos são estreitados anualmente nos Fóruns da Liberdade, de que se tratará adiante.

Ainda que uma parte importante das atividades seja realizada exclusivamente para seus associados, desde o início dos anos 90 o IEE mantém algumas publicações e promove debates no meio universitário, como estratégia de divulgação mais ampla de suas idéias. A coletânea de artigos escritos por jovens filiados do IEE, com o enfoque liberal sobre questões de política econômica ou social, é publicada na série de livros **Pensamentos Liberais**, lançada em 1994 e, atualmente, na 12ª edição. Além desses livros, desde 1997, o IEE divulga também a revista bimestral eletrônica **Leader**, com artigos, entrevistas e informações sobre eventos organizados pela rede internacional de entidades liberais. Com o público universitário, o IEE organiza, desde 1999, na PUCRS, o Fórum Universidade-
-Empresa, no qual são convidados líderes empresariais para dar seu testemunho e discutir temas referentes ao A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

empreendedorismo, à liberdade de empresa, à competitividade, etc. Inicialmente realizados em convênio com a Fundação Irmão José Otão (FIJO), sediada na PUCRS, a partir de 2008 começaram a ser realizados em parceria com a própria universidade. Em 2008, o IEE firmou parceria com a Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE) da PUCRS para desenvolver projetos de extensão e pesquisa (Revista Leader, 75, abril 2008).

Mas a atividade mais conhecida do IEE é, certamente, o Fórum da Liberdade, promovido, desde 1988, em conjunto com o IL-RS e amplamente divulgado pelos meios de comunicação. Realizado anualmente, o Fórum da Liberdade reúne palestrantes, autoridades e representantes de mais de uma centena de organizações liberais de todo o mundo. O primeiro deles, realizado para "[...] colocar o Rio Grande do Sul no cenário nacional", trouxe jornalistas e dirigentes de entidades empresariais para debater questões sobre liberdade e economia. Em 1989, o II Fórum da Liberdade foi realizado em meio à campanha eleitoral para a Presidência da República. Dele participaram o Governador do Estado, os candidatos de quase todos os partidos e empresários, para discutirem problemas como a inflação e o papel do Estado em economias modernas. Desde então, os fóruns têm tratado de temas que abrangem uma gama variada de questões, como o debate entre liberalismo e social-democracia (1991), o ambientalismo (1992), a reforma constitucional (1993), o Custo-Brasil (1996), a crise social brasileira (2001) e a cultura da liberdade (2009).

Além de um público bastante numeroso, todos os anos, o Fórum da Liberdade tem trazido a Porto Alegre representantes das principais entidades liberais dos EUA e da América Latina. Dentre elas, merecem destaque, pela importância na rede neoliberal, as instituições latino-americanas que têm participado constantemente do evento e que fazem parte da Red Liberal de America Latina, como a Fundacion Internacional para La Libertad, além de fundações e institutos liberais já mencionados da Argentina, do Peru, da Guatemala, do Chile e do México.

Além dos representantes da América Latina, deve-se destacar a constante presença, nos Fóruns da Liberdade, de palestrantes vindos da Sociedade Mont Pelerin e de importantes *think tanks* liberais norte-americanos, como os já citados Atlas Economic Research Foundation e Liberty Fund, além da Foundation for Economic Education⁹, do Institute for Humane Studies, do Cato Institute, do Independent Institute, da Hoover Institution e da Heritage Foundation.

Em mais de duas décadas de existência, o objetivo de preparação política de novos líderes, promovido pelo IEE em estreita colaboração com Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, já deu os seus frutos. Dentre os jovens empresários que passaram pelas diretorias e atividades dos dois institutos, vários vêm ocupando cargos em outras entidades empresariais gaúchas, como as federações de indústrias (FIERGS) e comércio (Federasul) e também em organizações como a Junior Achievement e Associação Qualidade RS. Por exemplo, o atual Presidente do Conselho Diretor da Junior Achievement do Brasil foi Presidente do IEE na gestão 1990-91 e membro das diretorias seguintes, até 1995. Atualmente, é também membro do Conselho Administrativo do Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul.

2.2 A formação da juventude no liberalismo: a Junior Achievement e a educação para o empreendedorismo

A Junior Achievement é uma organização educacional de alcance mundial, que tem como missão “[...] despertar o espírito empreendedor dos jovens ainda na escola”. Inicialmente uma pequena organização

⁹ A Foundation for Economic Education é uma das mais antigas organizações de livre-mercado dos EUA, tendo sido criada em 1946 por Leonard Read, empresário e então Diretor da Câmara de Comércio dos EUA, com apoio de acadêmicos de importantes universidades norte-americanas (Nash, 1996). Sua missão é divulgar as idéias do liberalismo através da defesa de princípios como “a propriedade privada, a liberdade individual, o estado de direito, o livre-mercado e a superioridade moral da escolha e a responsabilidade individuais sobre a coerção” (Foundation for Economic Education, 2009). Mantém programas educacionais sobre os princípios da liberdade para jovens colegiais e universitários, além de distribuir várias publicações e promover conferências e seminários.

criada por empresários norte-americanos nos anos 20, a partir de campanhas de doações e apoio de grandes entidades empresariais, sua rede expandiu-se com a criação das Companhias Junior Achievement nas grandes cidades norte-americanas, até alcançar todo o país nos anos 50. No final dos anos 80, seus programas educacionais alcançaram um milhão de alunos, por ano, nos EUA e, a partir dos anos 90, seus programas de educação para os negócios cobrem toda a vida escolar de crianças e jovens, da escola elementar até a secundária (JA, 2009). O processo de internacionalização da organização também teve crescimento acelerado. Iniciado, no Canadá, em 1955, expandiu-se de tal forma nas décadas seguintes que, nos anos 90, foi criada a Junior Achievement International, para cuidar do crescimento da organização fora dos EUA. Em 2004, os braços norte-americano e internacional da rede foram reunidos numa grande corporação internacional, a Junior Achievement Worldwide. Segundo dados da organização, mais de 300 mil voluntários treinam cerca de 9 milhões de alunos por ano, em mais de 100 países (JA, 2009).

Dentro desse modelo organizacional, criada como uma fundação educativa sem fins lucrativos, a Junior Achievement surgiu, no Brasil, no final dos anos 80, inicialmente nos estados do Sul e do Sudeste, e, mais recentemente, alcançando todos os estados brasileiros e o Distrito Federal. Mantida pela iniciativa privada, a entidade é patrocinada por cerca de 700 empresas no Brasil, dentre elas: Gerdau, OI, Brasil Telecom, Instituto Unibanco, Citibank, Banco Real, Fundação GE e Sebrae.

No Rio Grande do Sul desde 1994, a Junior Achievement (JA- RS) destaca-se, entre as sedes de outros estados brasileiros, pela quantidade de alunos e voluntários envolvidos em seus programas. Nesses 14 anos de existência dedicados à "educação prática em economia e negócios" de jovens de nove a 24 anos, os resultados divulgados pela Junior Achievement gaúcha impressionam: mais de 660 mil alunos, treinados por cerca de 15 mil voluntários (JA-RS, 2009). Através de programas educacionais específicos para os níveis fundamental e médio de ensino, a instituição oferece cursos de educação em economia e experiências no A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

sistema de livre iniciativa em escolas públicas¹⁰ e privadas, ministrados por voluntários treinados pela própria organização. A JA-RS realiza campanhas de voluntariado corporativo, para atrair funcionários de empresas dispostos a colaborar com o programa. Os programas desenvolvidos pela Junior Achievement do Rio Grande do Sul envolvem o patrocínio de mais de 70 empresas e organizações mantenedoras, dentre elas: Gerdau; SLC; GM; Wal Mart Brasil; Grupo RBS; FIERGS; Sebrae-RS; Amcham/Brasil RS; sindicatos e federações empresariais (JA-RS, 2009).

A sede gaúcha é responsável pela parcela mais significativa dos resultados apresentados pela organização no Brasil, no que se refere tanto ao número de alunos quanto de voluntários que participaram dos seus cursos. Desde sua implantação no País até 2008, os programas da Junior Achievement brasileira atingiram quase 1.000.600 alunos, que foram treinados por cerca de 60.000 voluntários em todo o País. Desses, cerca de 41% dos alunos e de 26% dos voluntários participam dos programas no Rio Grande do Sul, número muito superior ao de todas as outras sedes estaduais. Conforme os dados de 2008, a JA-RS atingiu 80 municípios gaúchos nesse ano, com o trabalho de 1.400 voluntários (Zero Hora, 2009). Apenas a título de ilustração, já que as sedes dos outros estados foram criadas em datas posteriores¹¹, até 2008, Santa Catarina treinou 113.000 mil alunos; São Paulo, 109.000 alunos; o Rio de Janeiro e o Paraná pouco mais de 100.000 alunos cada; e 63.000 alunos foram treinados em Minas Gerais. Os demais estados do País, onde o surgimento da Junior Achievement é muito recente, datando de 2004 ou 2005, apresentam resultados muito mais modestos (JÁ-BR, 2009).

Os programas educacionais promovidos pela Junior Achievement no RS destinam-se aos níveis de ensino fundamental e médio, são geralmente desenvolvidos por orientadores voluntários treinados pela

¹⁰Em 2008, das 469 escolas atendidas pela Junior Achievement no RS, 76% eram públicas (Zero Hora, 2009).

¹¹A Junior Achievement de Santa Catarina foi criada em 1997; a do Rio de Janeiro em 1999; a de São Paulo em 2000; e as do Paraná e de Minas Gerais em 2003. Nos demais estados do País, a criação de sedes da Junior Achievement é mais recente, datam de 2004 ou 2005 (JA-BR, 2009).

organização e apresentados em cinco encontros semanais de 45 minutos, em sala de aula. No ensino fundamental, a entidade desenvolve vários programas: As Vantagens de Permanecer na Escola, que apresenta aos alunos os benefícios dos estudos; Introdução ao Mundo dos Negócios, com informações práticas a alunos de 5ª e 6ª séries sobre a organização e a operação de negócios em um mercado de livre iniciativa; e Nosso Mundo, que apresenta aos estudantes de 6ª série os aspectos fundamentais do comércio global, das trocas internacionais e as complexidades do comércio internacional. Alguns programas têm maior duração, como: o Economia Pessoal, para alunos de 7ª série, com 10 encontros semanais de 45 minutos, onde são ensinadas noções de orçamento, gerenciamento financeiro pessoal e o uso do crédito; e o Empresa em Ação, para estudantes de 8ª série conhecerem as características do sistema econômico do Brasil e o papel das empresas no País.

No Ensino Médio, a Junior Achievement gaúcha também oferece vários programas, desenvolvidos com professores voluntários, da mesma forma que aqueles destinados ao ensino elementar. O programa Miniempresa explica os conceitos de livre iniciativa, mercado, comercialização e produção e promove a experiência prática em economia e negócios através da organização e da operação de uma empresa. É dirigido a estudantes do 2º ano e desenvolvido ao longo de 15 semanas, em jornadas semanais de 3h e 30min, realizadas nas escolas, geralmente à noite. O programa Mercado Global auxilia os estudantes a entenderem como as trocas comerciais conectam pessoas e culturas diferentes e ensina os benefícios do comércio internacional e a importância do fluxo econômico internacional. Já o programa Management and Economic Simulation Exercise (MESE), através de um *software* que simula a competição entre as grandes corporações no ambiente dos negócios, possibilita a equipes de alunos participar do jogo operando suas próprias corporações. Em 2009, a competição MESE reuniu alunos de 18 miniempresas da Junior Achievement em atividade em Porto Alegre (Zero Hora, 2009a).

Além dos programas mencionados acima, alguns dos cursos promovidos pela Junior Achievement do Rio Grande do Sul fazem parte de projetos de parceria nacional da organização, com patrocinadores exclusivos. Com o Instituto Unibanco e o Citibank, são desenvolvidos programas de educação financeira; com o Sebrae, os programas visam estimular ações de responsabilidade social; com a Brasil Telecom, os cursos promovem discussões sobre ética; e com o patrocínio da Gerdau, da Oi e do Banco Real, desenvolvem o Projeto Sustentabilidade.

O Instituto Unibanco é talvez o parceiro mais antigo da Junior Achievement brasileira. Desde 1987, a Fundação Unibanco patrocina os materiais didáticos de vários dos programas da Junior Achievement, e os cursos são ministrados por voluntários do banco. O programa Torneio de Decisões Empresariais, patrocinado pelo Unibanco, visa familiarizar estudantes do ensino médio com temas de educação financeira, concorrência, tomada de decisões e trabalho em equipe. Outra parceria a destacar no setor financeiro é a com o Citibank, com o qual a Junior Achievement mantém, desde 1998, o programa Bancos em Ação, através do qual os jovens aprendem conceitos da área financeira, como taxa de juros e créditos, e também questões de recursos humanos e *marketing*. As aulas são dadas por funcionários do banco, que atuam como voluntários. O programa Vamos Falar de Ética, patrocinado pela Brasil Telecom, propõe-se a estimular os jovens a refletirem sobre a conduta ética na vida pessoal e na profissional e no seu papel como cidadãos. O projeto Sustentabilidade, do qual faz parte o programa Nosso Planeta, Nossa Casa, visa conscientizar os jovens sobre a importância da preservação do meio ambiente e é patrocinado pelos Grupos Gerdau, Oi e Banco Real.

A Junior Achievement gaúcha mantém ainda duas atividades que não se configuram exatamente como um programa educacional. O programa Empresário-Sombra Por Um Dia permite aos jovens estudantes acompanharem, por um dia inteiro, a jornada de trabalho de um empresário ou executivo, para que tenham uma visão realista do mundo e da evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

do trabalho. E o Núcleo de Ex-Achievers (NEXA) procura manter o vínculo entre os ex-Achievers, a organização e o empresariado, visando facilitar a troca de experiências, informações e contatos que podem servir como base para sua futura vida profissional.

Quanto aos programas da Junior Achievement no Rio Grande do Sul que apresentaram os maiores resultados em número de alunos, em 2008, destacam-se: Economia Pessoal, com 21.159 alunos; Vantagens de Permanecer na Escola, com 19.829 alunos; Introdução ao Mundo dos Negócios, com 13.283 alunos; Miniempresa, com 4.936 alunos; Vamos Falar de Ética, com 4.634 alunos; Nosso Mundo, com 2.743 alunos; MESE, com 2.294 alunos; Empresa em Ação, com 2.282 alunos; Nosso Planeta, Nossa Casa, com 2.172 alunos; e Bancos em Ação, com 2.108 alunos. Novamente, o número de alunos alcançados pela Junior Achievement no Rio Grande do Sul representa uma parcela significativa de todos os alunos que passaram pelos programas da organização nos demais estados do País¹² (JA-BR, 2009).

3 A FORMAÇÃO DOS GESTORES DE EMPRESAS PRIVADAS E PÚBLICAS NOS PRECEITOS DA RACIONALIDADE PRIVADA: O PROGRAMA GAÚCHO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

Ao longo dos anos 90, por iniciativa do setor privado e com apoio do setor público, criou-se, no País, uma rede de instituições dedicadas ao desenvolvimento da qualidade e produtividade da indústria¹³, como a

¹²No Brasil, esses resultados para 2008 foram: Vantagens de Permanecer na Escola, com 73.261 alunos; Introdução ao Mundo dos Negócios, com 54.151 alunos; Economia Pessoal, com 44.621; Vamos Falar de Ética, com 36.577; Nosso Planeta, Nossa Casa, com 35.774; Nosso Mundo, com 23.830; Miniempresa, com 14.675; Empresa em Ação, com 11.820; Bancos em Ação, com 9.139; e MESE, com 2.928. (JA-BR, 2009).

¹³Essa rede inspirou-se no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, formulado, em 1990, como um dos elementos da política industrial e de comércio exterior do Governo Collor, com o objetivo de melhorar a produtividade, a confiabilidade e a qualidade da indústria brasileira. Esse programa previa forte engajamento de empresas e entidades atuantes nos setores envolvidos com a atividade industrial e de administração pública. Propunha a participação de toda a sociedade: governo, empresas, universidades, centros de pesquisa, trabalhadores, estudantes e consumidores através de cinco subprogramas: I - Conscientização e Motivação Para a Qualidade e Produtividade; II - Desenvolvimento e Difusão de Métodos de Gestão; III - Capacitação de Recursos A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

Fundação Nacional da Qualidade, o Fórum Nacional dos Programas Estaduais de Qualidade e Produtividade, o Movimento Brasil Competitivo e, naturalmente, os Programas Estaduais de Qualidade e Produtividade. O programa gaúcho é destaque, mesmo fazendo parte de uma rede nacional, por ser o pioneiro entre os dos demais estados, tendo sido criado em 1992, e por ter-se tornado independente do Governo Estadual em 1998, enquanto, em vários estados, o programa continua dentro da estrutura do Executivo.

A Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), entidade privada sem fins lucrativos, criada em 1991 e financiada por patrocínios e parcerias com empresas privadas e organizações do setor público, é responsável pela gestão do Prêmio Nacional da Qualidade. Atualmente com mais de 200 organizações associadas, sua missão é “[...] disseminar os Fundamentos da Excelência em gestão para o aumento de competitividade das organizações e do Brasil”. Os financiadores e parceiros do FNQ são grandes grupos econômicos como: Petrobrás, CPFL Energia, Grupo Fleury, Natura, Promon, CEMIG, Suzano Papel e Celulose, Embraer, Nextel, Sebrae Nacional, Siemens, Votorantim, Banco Bradesco, Banco Itaú, Brasal Refrigerantes e Grupo Santander Brasil. Conta com apoio de Hay Group e Terra Fórum.

O Fórum Nacional dos Programas Estaduais de Qualidade foi criado, em 1999, para contribuir “para o desenvolvimento sustentável do Brasil e a qualidade de vida de seus cidadãos”, através da promoção da iniciativa nos estados. Participam do Fórum o Movimento Brasil Competitivo, o Programa Qualidade do Serviço Público, a Fundação Nacional da Qualidade, os Programas Estaduais de Qualidade, além de órgãos do Governo, empresários e entidades setoriais locais e regionais.

Essa rede nacional da qualidade se integra no Movimento Brasil Competitivo (MBC), criado, em novembro de 2001, como uma OSCIP, com o objetivo de “[...] promover um aumento radical da competitividade das

Humanos; IV – Adequação de Serviços Tecnológicos Para a Qualidade e Produtividade; V – Articulação Institucional (Daros, 1997).

organizações privadas e públicas brasileiras, de maneira sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população”, segundo Jorge Gerdau Johannpeter, Presidente Fundador do MBC (MBC, 2009). O MBC propõe-se a contribuir para a viabilização de projetos que promovam o aumento da competitividade das organizações e da qualidade de vida da população, através da implantação de Programas Estaduais de Competitividade e Qualidade em todos os estados da Federação, da ampliação do uso de tecnologias de gestão nos setores público, privado e terceiro setor, da difusão do Prêmio Nacional da Qualidade do Governo Federal em todos os níveis de governo e da disseminação do uso de seu sistema de avaliação e premiação da qualidade em micro e pequenas empresas e sobretudo nas organizações públicas (MBC, 2009).

Como já foi mencionado, cada Programa Estadual de Qualidade, Produtividade e Competitividade constitui-se através da parceria entre os setores público e privado, com o objetivo de capacitar as organizações nas modernas técnicas e sistemas de gestão, visando ao aumento da competitividade e de qualificação dos produtos e serviços disponibilizados à sociedade. Recebem o Prêmio Estadual e Setorial da Qualidade as organizações que se destacam na utilização dos conceitos da qualidade, produtividade e competitividade.

No Rio Grande do Sul, o PGQP foi criado em 1992, mas as lideranças empresariais gaúchas já participavam do debate nacional sobre competitividade e qualidade. O Presidente da FIERGS à época era também Presidente da Comissão Empresarial da Competitividade, criada, em 1991, como órgão consultivo do Programa de Competitividade Industrial do Governo Collor (Cadoná, 2009). Sediado inicialmente na Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI), em 1998, tornou-se uma organização civil, a Associação Qualidade RS/PGQP, com o objetivo de promover o aprimoramento de serviços públicos e privados através da “excelência em gestão com foco na sustentabilidade” (PGQP, 2009). Segundo consta em seu *site*, essa mudança permitiu maior autonomia e possibilitou a busca de novos parceiros.

Sendo um programa de adesão voluntária, o PGQP depende de sua capacidade de mobilização e sensibilização dos representantes de empresas e organizações. Essa atividade é desenvolvida através de diversos eventos de divulgação e motivação para a qualidade, através dos Comitês Setoriais e Regionais e entidades que integram a estrutura do PGQP. A inscrição das organizações/empresas no Programa implica certos compromissos, definidos no Termo de Adesão ao PGQP, pelo qual se comprometem a estimular a participação de seu pessoal em Comissões Técnicas, Comitês Setoriais e/ou Regionais; promover a capacitação de gerentes em curso de gerenciamento pela qualidade reconhecido pelo PGQP; indicar um responsável pelo Processo de Gestão na empresa; e elaborar um plano anual de Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão, conforme a metodologia adotada pelo Sistema de Avaliação do PGQP. Esse sistema, baseado no modelo do Malcon Baldrige National Quality Award dos EUA, propõe critérios de avaliação do sistema de gestão da empresa, para diagnosticar o estágio do seu desenvolvimento gerencial e sugerir ações visando à melhoria contínua. A avaliação é realizada por voluntários da organização que recebem treinamento específico para tanto.

Os participantes do PGQP podem inscrever-se como Sócios Contribuintes ou Mantenedores. Para os Contribuintes, as mensalidades variam de R\$ 10,00 para microempresas até contribuições de R\$ 200,00 por trimestre para grandes empresas. Na categoria Mantenedores, na qual só podem-se inscrever aquelas empresas que tiverem alcançado mais de 100 pontos na avaliação, as contribuições variam de R\$ 50,00 por mês para as microempresas e R\$ 1.000,00 por trimestre para as grandes empresas. Atualmente, o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade tem 14 parceiros nacionais e cinco internacionais¹⁴.

¹⁴ Os parceiros nacionais do PGQP são: Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB), Fundação Brava, Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), Fundação Nacional da Qualidade, Instituto Brasileiro dos Consultores de Organização (IBCO), Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), Junior Achievement, Movimento Brasil Competitivo, Organização Nacional de Acreditação (ONA), Serviço Brasileiro de Apoio à A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

Em suas quase duas décadas de existência, o PGQP cresceu e tornou-se referência entre os outros programas estaduais. No Rio Grande do Sul, o PGQP administra uma rede de cerca de 40 Comitês Regionais, que alcança quase todas as regiões do Estado, bem como Comitês Setoriais representando vários segmentos da indústria, comércio e serviços, além de universidades. Esses comitês promovem encontros de divulgação do Programa, como as Reuniões da Qualidade, realizadas duas vezes por ano, em Porto Alegre, e os Workshops Regionais, que, cerca de quatro vezes por ano, ocorrem em diferentes regiões do Estado. A programação desses eventos inclui palestras de dirigentes do PGQP, de especialistas na gestão das organizações e ainda apresentação de casos práticos de empresas vencedoras do Prêmio Qualidade RS.

Em 1996, foi instituído o Prêmio Qualidade RS, concedido a organizações de qualquer porte ou setor que se destacam pelo estágio de gerenciamento em que se encontram, segundo o Sistema de Avaliação do PGQP, referido acima. Os quatro primeiros níveis do prêmio — Medalha Bronze e Troféus Bronze, Prata, Ouro e Diamante — são concedidos pela associação Qualidade RS-PGQP. O mais alto nível é o Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), administrado pela Fundação Nacional da Qualidade. As organizações premiadas em qualquer nível podem usufruir da visibilidade do Programa, utilizando sua logomarca para efeito publicitário.

Uma ilustração do crescimento do PGQP no Estado é dada pela evolução do número de organizações inscritas para o Prêmio Qualidade RS. Em 1996, quando foi lançado, o Prêmio foi entregue a cinco empresas. Em 2009, 139 organizações e empresas inscreveram-se, e 90 foram premiadas. Desde 1999, anualmente, o PGQP promove, simultaneamente ao Prêmio Qualidade RS, o Congresso Internacional da Qualidade, que também vem aumentando de público a cada edição.

Micro e Pequenas Empresas, SYMNETICS. Os parceiros internacionais são: American Society for Quality (ASQ), dos EUA; Associação Uruguaia de Empresas Para a Qualidade Total e Excelência (AUECE), do Uruguai; Centro Nacional de Produtividade e Qualidade (CNPC), do Chile; Fundação Ibero-Americana Para a Gestão da Qualidade (Fundibeq), da Espanha; e International Academy for Quality (IAQ).

Outros indícios do crescimento e da importância do PGQP são a Certificação ISO 9002; a apresentação do Programa no 55º Congresso da American Society for Quality no mesmo ano e, em 2003, a parceria firmada entre o PGQP e a ASQ para oferecer cursos — Certified Quality Improvement Associate (CQIA). Em 2004, sua parceria estendeu-se ao meio acadêmico, quando a Unisinos criou o MBA em Gestão da Qualidade, em parceria com o PGQP.

Na última década, o PGQP vem ampliando a atuação dirigida ao setor público, com o qual já vinha trabalhando desde 1995, através do Programa Qualidade na Administração Pública Gaúcha. Em 2000, o PGQP criou o Fórum do Setor Público, para atuar como núcleo regional do Programa Qualidade do Governo Federal e como Comitê Setorial de Administração Pública do PGQP. Dentro da perspectiva de realizar “ações de sensibilização e envolvimento das organizações da administração pública na causa da qualidade e melhoria de gestão” (PGQP, 2009), em 2004, foi criado o Fórum Permanente de Gestão Pública, evento anual, realizado em parceria entre o PGQP, o Sebrae--RS e a Fecomércio, reunindo prefeitos de todo o Estado.

Desde 2005, ano em que o PGQP lançou o **Guia de Avaliação Para Organizações Públicas**, adaptação da metodologia do programa à realidade do setor público, vem sendo desenvolvidos cursos de habilitação de consultores para programas de melhoria na gestão em prefeituras. Nesse mesmo ano, o PGQP firmou convênio com o Governo do Rio Grande do Sul para auxiliar na melhoria do gerenciamento das receitas e despesas do Estado. Em 2007, o PGQP assinou, com os Executivos Estadual e de Porto Alegre, a continuidade do Programa de Melhoria na Gestão Pública, baseado nos Programas Estruturantes, Gerenciamento Matricial de Despesa e Receita e Racionalização das Estruturas Administrativas.

Em 2006, a implantação da metodologia de gestão pela qualidade no setor público gaúcho foi reafirmada através de parcerias entre o PGQP e órgãos públicos estaduais, como a Procergs, a SEDAI e a Corsan, que

A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

receberam várias medalhas no Prêmio Qualidade RS, e municipais, como o DMAE. Em projeto conjunto entre a Seplam e o PGQP, 22 prefeituras gaúchas assinaram convênio com o PGQP para melhorar seu desempenho através da implantação da metodologia de gestão de resultados nas administrações municipais. Em 2007, o PGQP iniciou o Programa de Melhoria da Gestão Pública em Instituições Hospitalares em 50 hospitais no RS e em 250 de outros estados.

Para atestar a importância alcançada pelo Programa Gaúcho de Qualidade, em 2007, a Associação Qualidade RS foi reeleita para a Presidência do Fórum Nacional de QPC. Mas talvez o maior êxito do Programa Gaúcho de Qualidade e Competitividade seja a adoção de seus princípios nos planejamentos político e econômico adotados por alguns governadores gaúchos. Desde os anos 90, a FIERGS tornou-se parceira do PGQP. Em 1994, através do documento Projeto FIERGS/Novo Governo, a FIERGS propôs aos candidatos ao Governo do Estado um modelo de desenvolvimento para a economia gaúcha baseado nos princípios da "competitividade sistêmica". Esse projeto propunha medidas de modernização da administração pública que envolviam desde a privatização das empresas estatais até a aplicação de programas de qualidade no serviço público estadual (Cadoná, 2009). O Governo Brito (1995-98) adotou várias das sugestões e, inclusive, realizou os leilões de privatização da CRT e da CEEE na FIERGS. Da mesma forma, o atual Programa de Governo do Executivo Estadual (2007-10), que busca alcançar o equilíbrio fiscal e uma gestão pública de resultados, é desenvolvido através de "projetos estruturantes" e tem a chancela do PGQP (Rio Grande do Sul, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As duas últimas décadas constituem um período rico para a análise da atuação política das forças sociais organizadas no País. Com o foco voltado para a ação política do empresariado, procurou-se mostrar como as suas lideranças implementaram mudanças em suas organizações A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

de representação de interesses tradicionais e, sobretudo, como souberam adaptar-se às novas condições do jogo político que se apresentaram com o fim do regime militar. A redemocratização trouxe a ampliação da arena política de negociação, com a livre organização e a mobilização dos trabalhadores e o fortalecimento do Legislativo como “locus” de disputa de interesses políticos e econômicos.

Essa configuração política colocou para os empresários a necessidade de adoção de novas formas de ação política para a defesa de seus interesses, antes negociados através de contatos diretos nos gabinetes ministeriais e órgãos decisórios setoriais. Essas novas formas incluíram: a renovação de lideranças e a modernização das organizações corporativas de representação de interesses; a participação direta na política, em cargos eletivos ou executivos; o incremento da utilização das associações setoriais e de *lobbies* para influenciar os debates no Congresso Nacional; e a criação de organizações de coordenação geral da ação empresarial como a União Brasileira de Empresários.

Passada a efervescência política dos anos 80 e consolidadas as novas regras econômicas e políticas que regeriam o País a partir da Constituição de 1988, a atuação política de certas organizações empresariais nos anos 90 concentrou-se no trabalho de difusão dos valores liberais baseados nos princípios de governo limitado, na supremacia do mercado, da livre-empresa e da liberdade individual. Nesse contexto, as novas formas de atuação política dos empresários gaúchos através das organizações analisadas neste texto demonstraram grande sintonia com a rede de instituições que compõem o movimento liberal internacional, como é o caso do Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul e do Instituto de Estudos Empresariais.

Como entidades civis que tomam como eixo central de sua atividade a ideologia e a difusão de uma concepção de mundo, os Institutos Liberais propõem-se a difundir os valores do livre-mercado como sendo os valores da liberdade. E essa pregação em defesa da liberdade se faz através da vertente mais conservadora do liberalismo — a Escola Austríaca de A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

Economia — e do seu expoente máximo, Friederich Hayek, cujos conceitos centrais são a desigualdade natural entre os homens, o que justificaria a rejeição a todas as tentativas de políticas públicas visando à igualdade social; a sociedade como um mercado livre que não pode ser ordenado ou planejado, por isso, a rejeição a todas as formas de regulamentação econômica; e a política como Estado mínimo. Inspirados nesses preceitos, dentre as propostas formuladas pelos Institutos Liberais, destacam-se aquelas referentes a duas grandes questões: a relação capital-trabalho e as funções sociais do Estado. Quanto à primeira, a proposta é a liberalização total das relações trabalhistas, a serem negociadas no “livre jogo” do mercado; e, quanto à segunda, a proposta é a privatização dos serviços públicos de previdência, saúde e educação.

Num mesmo registro político-ideológico, o Instituto de Estudos Empresariais, entidade genuinamente gaúcha, sem similar no País até muito recentemente, tem demonstrado grande capacidade de organização e articulação política, seja pela inserção na redes liberais latino-americana e internacional, cujos representantes reúnem-se anualmente nos Fóruns da Liberdade, realizados em Porto Alegre, há duas décadas, seja pela participação de seus membros em eventos internacionais da rede e nas reuniões da Sociedade Mont Pelerin, seja, sobretudo, pelo sucesso alcançado em sua missão principal: formar jovens lideranças capazes de defender os preceitos do liberalismo em outras organizações influentes da sociedade.

Nesse sentido, vários líderes formados pelo IEE fazem parte da Juniors Achievement do Rio Grande do Sul, uma organização pedagógica que também se dedica à divulgação dos princípios do liberalismo através da educação para o empreendedorismo. Os dados sobre a filial gaúcha da organização, bastante superiores aos das suas congêneres em outros estados brasileiros, permitem considerar a hipótese de que a instituição represente a ação política empresarial de maior alcance no Estado, não apenas pelos temas que propõe, mas principalmente pela abrangência em

número de crianças e adolescentes, em escolas privadas e públicas, alcançadas por seus programas educacionais.

Num registro um pouco mais pragmático, destaca-se o trabalho desenvolvido pelas lideranças empresariais, várias delas oriundas do Instituto Liberdade ou do Instituto de Estudos Empresariais, através do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade. A expansão alcançada pelo Programa no Rio Grande do Sul, sobretudo no setor público, evidencia o sucesso desses grupos empresariais em difundir os preceitos e valores da iniciativa privada na definição dos padrões de gestão e administração do setor público.

A análise conjunta dessas quatro novas instituições no cenário empresarial gaúcho pode parecer estranha a um observador menos atento, por serem organizações com objetivos e formas de ação bastante diferentes entre si. Entretanto os elementos aqui apresentados deixam transparecer a sua identidade filosófica e política, pois todas partem de uma forte crítica ao que é público ou administrado pelo setor público e defendem a supremacia da racionalidade privada, inclusive para gerir atividades tradicionalmente assumidas pelo setor público por serem custosas e pouco rentáveis, como, por exemplo, o fornecimento de serviços públicos nas áreas de educação, saúde e previdência. Resta ver se essas iniciativas conseguirão, a partir dos valores que regem a atividade econômica no setor privado, contribuir para a solução das graves desigualdades sociais que ainda caracterizam o nosso País.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ATLAS ECONOMIC RESEARCH FOUNDATION — AERF. Disponível em: <<http://www1.atlas-fdn.org/mission.htm>>. Acesso em: 2009.

CADONÁ, Marco. **A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo durante os anos 1990**. Tese (Doutorado)-UFSC, 2009.

A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

Gros, D. Novas formas de ação política do empresariado gaúcho nas últimas décadas.

CATO INSTITUTE. Disponível em: <<http://www.cato.org/>>. Acesso em: 2009.

CENTER FOR INTERNATIONAL PRIVATE ENTERPRISE — CIPE. Disponível em: <<http://www.cipe.org>>. Acesso em: 2009.

COCKETT, Richard. **Thinking the unthinkable**. Thinktanks and the economic counter-revolution 1931-1983. London: Harper Collins, 1995.

DAROS, Marcia da Mota. **O programa brasileiro da qualidade e produtividade**: uma análise de política. Campinas: UNICAMP, 1997. Tese (Mestrado).

DAVIS, Mike. The new right's road to power. **New Left Review**, n. 128, p. 28-49, 1981.

DENHAM, Andrew. **Think tanks of the new right**. England: Dartmouth, 1996.

DINIZ, Eli. **Empresariado, estado e capitalismo no Brasil 1930- -45**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Autonomia e dependência na representação de interesses industriais. **Dados**: revista de ciências sociais, n. 22, 1979.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresários, interesses e mercado**: dilemas do desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

DOMHOFF, G. W. **The powers that be**: process of ruling class domination in America. New York: Vintage, 1979.

DREIFUSS, René. **O jogo da direita na Nova República**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

FÓRUM NACIONAL DOS PROGRAMAS DE QUALIDADE, PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE. Disponível em: <http://www.mbc.org.br/mbc/pgqp/hot_sites/forum_programas_php/index.php>. Acesso em: 2009.

FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION — FEE. Disponível em: <<http://www.fee.org/>>. Acesso em: 2009.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. Disponível em: <<http://www.fnq.org.br>>. Acesso em: 2009.

FUNDACION INTERNACIONAL PARA LA LIBERTAD. Disponível em: <<http://www.funacionfil.org/>>. Acesso em: 2009.

GROS, Denise B. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. **Ensaio FEE**, v. 29, n. 2, p. 565-590, 2008.

GROS, Denise B. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: FEE, 2003. (Teses FEE, n. 6).

A evolução social. (Três décadas de economia gaúcha, v.3). 2010

Gros, D. Novas formas de ação política do empresariado gaúcho nas últimas décadas.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HERITAGE FOUNDATION. Disponível em: <<http://www.heritage.org/>>. Acesso em: 2009.

IL NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Conselho Nacional dos Institutos Liberais, vários números, 1991-1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/portal/home/index.php>>. Acesso em: 2009.

INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS-IEE. Disponível em: <http://www.iee.com.br/o_iee/>. Acesso em: 2009.

INSTITUTO LIBERAL. **NOTAS**: avaliação de projetos de lei. Rio de Janeiro, vários números, 1990-2009. Disponível em: <<http://www.institutoliberal.org.br/notas.asp>>. Acesso em: 2009.

INSTITUTO LIBERAL. **Princípios dos Institutos Liberais**: declaração do Rio de Janeiro de 1988. Rio de Janeiro: Conselho dos Institutos Liberais, 1993.

INSTITUTO LIBERAL. **Problemas sociais**: soluções liberais. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

INSTITUTO LIBERDADE — IL-RS. Disponível em: <<http://www.il-rs.org.br/site/info/instituto.php>>. Acesso em: 2009.

JUNIOR ACHIEVEMENT BRASIL — JA-BR. Disponível em: <<http://www.jabrasil.org.br>>. Acesso em: 2009.

JUNIOR ACHIEVEMENT MUNDIAL — JA. Disponível em: <<http://www.ja.org/>>. Acesso em: 2009.

JUNIOR ACHIEVEMENT RIO GRANDE DO SUL — JA-RS. Disponível em: <<http://www.jars.org.br/rs/>>. Acesso em: 2009.

LEADER. Disponível em: <http://www.revistaleader.com.br/rl_index.asp>. Acesso em: 2009.

LIBERTY FUND. Disponível em: <<http://www.libertyfund.org/>>. Acesso em: 2009.

MANCUSO, Wagner Pralon. **O lobby da indústria no Congresso Nacional**: empresariado e política no Brasil contemporâneo. São Paulo: Humanitas, 2007.

MINELLA, Ary. Globalização financeira e as associações de bancos na América Latina. **Civitas**: revista de ciências sociais, v. 17, n. 2. 2003.

MINELLA, Ary. Transformação dos setores sociais dominantes: a burguesia bancário-financeira no Brasil. In: LARANJEIRA, Sonia (Org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo : Hucitec, 1993. p. 83-106.

Gros, D. Novas formas de ação política do empresariado gaúcho nas últimas décadas.

MONT PELERIN SOCIETY. Disponível em: <<http://www.montpelerin.org>>.

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO — MBC. **Disponível em:** <<http://www.mbc.org.br/mbc/portal/>>. Acesso em: 2009.

NASH, George H. **The conservative intellectual movement in America since 1945**. Wilmington: Intercollegiate Studies Institute, 1996.

PREMIO QUALIDADE RS. Disponível em: <http://www.mbc.org.br/mbc/pgqp/hot_sites/premio2010/index.php>. Acesso em: 2009.

PROGRAMA GAÚCHO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE — PGQP. Disponível em: <<http://www.mbc.org.br/mbc/pgqp/>>. Acesso em: 2009.

REVISTA LEADER, n. 50, maio 2004. Disponível em: <http://www.revistaleader.com.br/leader/edicao_50/>.

REVISTA LEADER, n. 75, abr. 2008. Disponível em: <http://www.revistaleader.com.br/leader/edicao_75/>.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Programa Estruturantes**. Disponível em: <<http://www.estruturantes.rs.gov.br/>>. Acesso em: 2009.

SCHMITTER, Philip. Still the century of corporatism? **Review of Politics**, v. 36, jan. 1974.

THINK TANK. Disponível em: <<http://institutoliberal.locaweb.com.br/revista.asp>>. Acesso em: 2009.

VOGEL, David. The power of business in America: a re-appraisal. **British Journal of Political Science**, v. 13, p. 19-43, 1983.

WEAVER, Kent. The changing world of the think tanks. **Political Science and Politics**, v. 22, n. 3, p. 563-579, Sept 1989.

ZERO HORA. Porto Alegre, p. 21, 06 abr. 2009.

ZERO HORA. Porto Alegre, 11 nov. 2009a, Cad. Vestibular, p. 2.